



INFORMATIVO

FEVEREIRO | 2022

podemos

CÂMARA

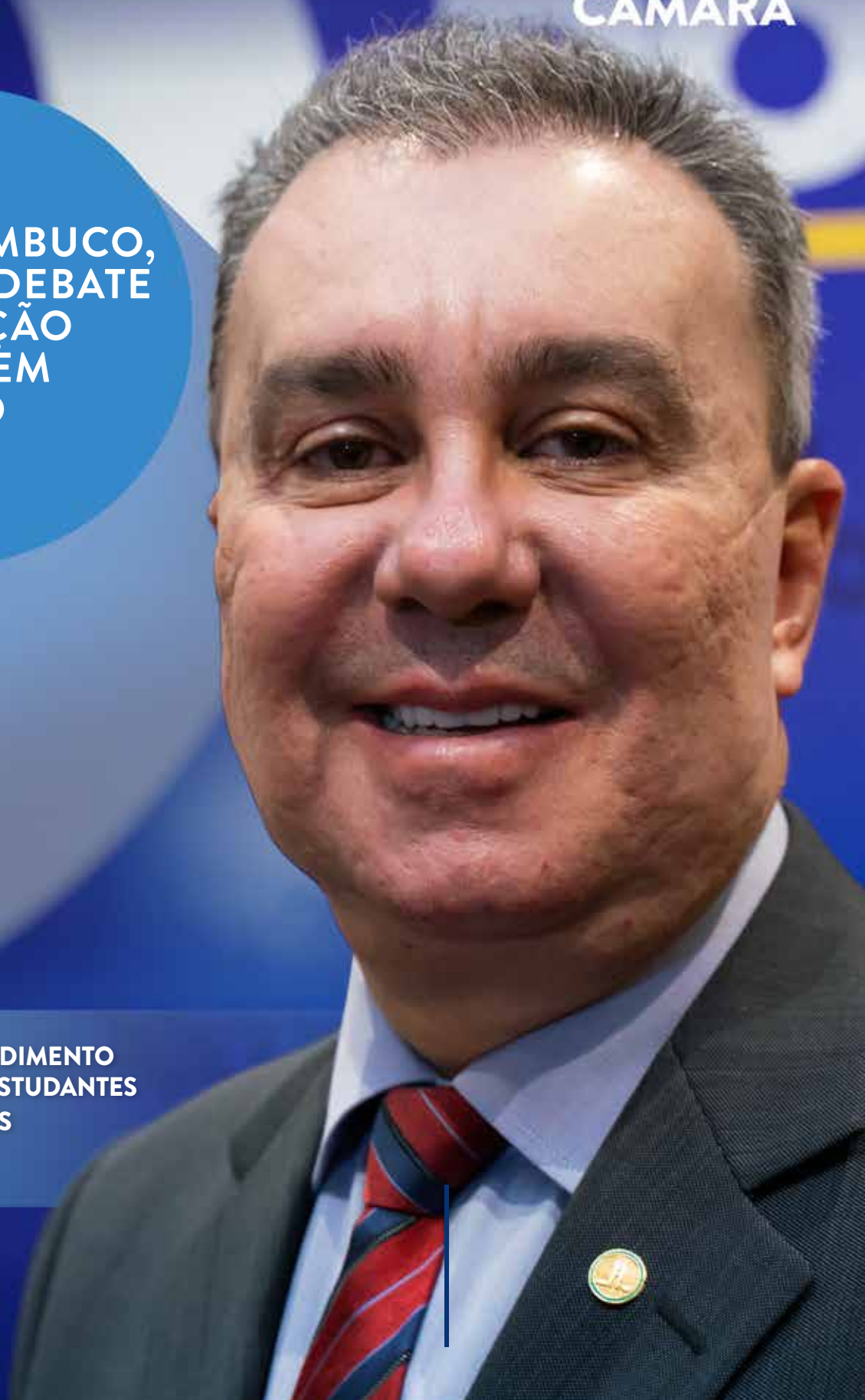
EM PERNAMBUCO, PODEMOS DEBATE PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ENCONTRO

Pág 20

Ricardo Teobaldo
Deputado Federal (PE)

RENATA PROPÕE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A ESTUDANTES AUTISTAS NAS ESCOLAS

Pág. 08



PODEMOS CRA CIA

A GENTE
CARREGA OS
PRINCÍPIOS DA
DEMOCRACIA
ATÉ NO NOME.

+DEMOCRACIA

Democracia Direta significa consultar a população, fazendo valer seu direito de participar diretamente de todo o processo democrático, e não apenas nos dias de eleição. No **PODEMOS**, o poder é dividido com o cidadão, que manifesta seu voto e a bancada parlamentar vota de acordo com a opinião dos cidadãos.

O **PODEMOS** acredita que o poder de decidir tem que estar nas suas mãos sempre, não de 4 em 4 anos. No **APP PODEMOS**, você vota em diversos projetos que estão em discussão.

Acesse nosso site ou aplicativo **PODEMOS 19**, já disponível na **Apple Store** e no **Google Play**.



    podemos.org.br

 **podemos**
Juntos com o Brasil.

SUMÁRIO

- 4** Projeto de José Nelto possibilita cobrança pela publicação de notícias em plataformas digitais
- 6** Deputado Rodrigo Coelho defende aprovação de uma ampla Reforma Tributária
- 8** Renata propõe atendimento multidisciplinar a estudantes autistas nas escolas
- 10** Bacelar apresenta emenda para isentar IRRF sobre remessas ao exterior de agências de turismo
- 12** O país que queremos para o futuro precisa criar ações e oportunidades para o desenvolvimento regional, combater a pobreza, a fome, gerar empregos e renda para a população
- 14** Projeto de Roberto de Lucena criminaliza a negação do holocausto
- 16** Prevenir a gravidez na adolescência, apoiar integralmente mães e filhos
- 18** Léo Moraes quer reestabelecer crédito para alunos inadimplentes
- 20** Em Pernambuco, Podemos debate participação feminina em encontro
- 22** Medeiros pede suspensão do pedágio da BR-163

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
deputada federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral:
Fernando Vieira

Jornalista Responsável:
Alisson Esteves

Revisão Geral:
Gabrielle Fernandes

Colaboradores:

Danielle Soares, Danilo Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Stefanie Rodrigues, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Yasmin Alencar, Cleiton Schulz, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Robert Alves, Flávia Moreira.



“Facebook e Google estão em tratativas para garantir que as empresas de mídia e notícias sejam remuneradas pelo conteúdo que geram, ajudando a sustentar o jornalismo”

PROJETO DE JOSÉ NELTO POSSIBILITA COBRANÇA PELA PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS

O deputado federal José Nelto (Podemos-GO) protocolou o Projeto de Lei 78/2022 para que as plataformas digitais, ao exibirem conteúdo proveniente de empresas de mídia, como notícias e outras, remunerem os editores de notícias com repasse de percentual das receitas de publicidade digital que obtiverem.

“Quero trazer equilíbrio à relação entre os produtores de materiais jornalísticos, pessoas físicas ou empresas, junto às plataformas digitais que utilizam tais conteúdos de modo comercial”, explica.

Segundo o parlamentar, a proposta tem como objetivo valorizar a qualidade do jornalismo produzido nacionalmente e comprometido com a veracidade dos fatos.

“De igual forma, também estaremos fomentando o jornalismo sério, confiável e de qualidade, vez que nenhuma plataforma

de credibilidade terá interesse em pagar por uma fake news, por exemplo”, argumenta José Nelto.

O deputado destaca que medida semelhante está em estágio avançado de discussão na Austrália.

“Os efeitos positivos desta pretensão já são evidentes, vez que gigantes da tecnologia como Facebook e Google estão em tratativas para garantir que as empresas de mídia e notícias sejam remuneradas pelo conteúdo que geram, ajudando a sustentar o jornalismo”, reforça.

Além disso, o texto protocolado estabelece multa diária de R\$ 50 mil para a plataforma digital que divulgar notícias sem prévia autorização e negociação com os autores do conteúdo.

DEPUTADO RODRIGO COELHO DEFENDE APROVAÇÃO DE UMA AMPLA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária é fundamental e mais do que urgente para o desenvolvimento do país. Simplificando a carga tributária, as alterações irão aumentar a concorrência e possibilitar a redução dos custos de produção e contratação para as empresas, além de propiciar maior poder de consumo, mais empregos e qualidade de vida para os brasileiros.

A PEC 110/2019, que está em tramitação no Senado, tem esse objetivo, permitindo a unificação de tributos sobre o consumo e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto sobre os mais pobres. Conforme emenda proposta pelo relator, Senador Roberto Rocha, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência da União, seriam extintos os tributos: IPI, PIS, Pasep, Cofins, CIDE- Combustíveis, enquanto que o

de competência conjunta de Estados e Municípios resultaria da unificação do ICMS e do ISS.

Para acelerar o ritmo de crescimento do Brasil também é necessária a adoção da cobrança automatizada do IBS, o Modelo Abuhab 5.0, em que o imposto é automaticamente recolhido pelo sistema bancário, sendo o crédito financeiro gerado somente após a confirmação do recebimento do tributo. Com a aplicação desta tecnologia, já incorporada na PEC 110, eliminam-se a burocracia, a inadimplência, a sonegação e a ineficiência do sistema tributário.

“É por isso que precisamos aprovar, urgentemente, uma Reforma Tributária ampla, que acabe com o manicômio tributário que existe hoje. É urgente criar condições para aquecer

a economia e estimular a geração de empregos. Temos que aproveitar todo o trabalho que já foi feito nos últimos anos no Congresso Nacional e aprovar essa proposta na íntegra ainda em 2022. Caso contrário, estamos sujeitos a uma reforma tímida, que não vai resolver o problema”, defende o Deputado Federal Rodrigo Coelho.

“Precisamos aprovar, urgentemente, uma Reforma Tributária ampla, que acabe com o manicômio tributário que existe hoje. É urgente criar condições para aquecer a economia e estimular a geração de empregos”



RENATA PROPÕE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A ESTUDANTES AUTISTAS NAS ESCOLAS

Ampliar a proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é o objetivo do projeto de lei da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) em tramitação na Comissão de Educação da Câmara Federal. O PL 2307/21 propõe que alunos autistas tenham acesso a atendimento multidisciplinar nas escolas.

“É importante que a escola não seja apenas um instrumento de acesso ao desenvolvimento educacional do autista. A unidade educacional, na forma do regulamento de seu respectivo sistema de ensino, deve garantir a esse aluno atendimento de terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista e psicopedagogo, os quais devem ter livre acesso ao ambiente

escolar”, justifica a parlamentar, ressaltando que, para o cumprimento das diretrizes propostas pelo projeto de lei, o poder público poderá firmar contrato de direito ou convênio com as instituições de ensino.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, representou importante avanço no âmbito da legislação relacionada à efetivação de direitos dessas pessoas. “É esta lei que propomos modificar para deixar mais clara a responsabilidade dos sistemas escolares com os autistas. E, com isso, ampliar e aprimorar o tratamento das pessoas que se encontram no chamado espectro autista”, finaliza Renata Abreu.



**“É importante que a escola não
seja apenas um instrumento
de acesso ao desenvolvimento
educacional do autista”**



**“Já imaginaram o desemprego?
Hoje as agências de turismo empregam
3 milhões de pessoas. 40% do movimento
das agências é internacional e o restante
nacional. O prejuízo será enorme”**

BACELAR APRESENTA EMENDA PARA ISENTAR IRRF SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR DE AGÊNCIAS DE TURISMO

O deputado Bacelar (Podemos/BA), presidente da Comissão de Turismo da Câmara, apresentou uma emenda que inclui agências e operadoras de turismo na MP 1094/21. A medida reduz as alíquotas do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior.

Apesar de já está em vigor desde dezembro de 2020, a MP 1094/21 tem até 120 dias para ser aprovada pela Câmara e pelo Senado. Nesta tramitação podem haver mudanças.

A MP não contempla o segmento, mas segundo as associações

de agenciamento de serviços turísticos, há dois anos as entidades negociavam com o governo a redução da alíquota de 25% para 6%.

Bacelar explica que a alteração vai permitir compensar as perdas do setor de turismo decorrente da pandemia da Covid-19 e que levou as empresas de turismo a situação financeira precária. “Já imaginaram o desemprego? Hoje as agências de turismo empregam 3 milhões de pessoas. 40% do movimento das agências é internacional e o restante nacional. O prejuízo será enorme”

frisou.

O parlamentar disse ainda que a CTur já começou a articular junto ao presidente da casa Arthur Lira (PP/AL) a designação de um relator que seja integrante da Comissão de Turismo. “Temos que construir um caminho para resolver a situação junto com todos envolvidos. Um deputado da CTur está mais que apto para isso. Vamos mandar um ofício ao presidente Lira, descrever o problema, conversar com a assessoria técnica da Câmara e pedir a relatoria da Medida Provisória 1094/21” concluiu.



O CAMINHO PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL PASSA POR AÇÕES DE COMBATE À FOME E À POBREZA

Para superar os desafios como o desemprego em massa e empobrecimento da população, que são resultados dos efeitos provocados pela pandemia no país, é necessário acabar com privilégios e atuar fortemente no combate à corrupção.

De acordo com o líder do Podemos, deputado federal, Igor Timo (MG), essas são bandeiras defendidas por ele e pelo partido, porque ambos acreditam que, para colocar o país nos trilhos novamente, dando equilíbrio aos Cofres Públicos, que é fundamental para alavancar a economia, é preciso acabar com o Foro Privilegiado e aprovar a volta da Prisão em Segunda Instância.

Outra grande preocupação do parlamentar são os elevados preços dos combustíveis, que já chegou a custar cerca de R\$ 8 na bomba, preço assustador para um país que tem quase 14 milhões de desempregados, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). São pais de família que não têm um prato de comida na mesa, e de forma incansável, vêm lutando para sobreviver e ver um Brasil mais justo e igual para todos.

Além disso, o líder defende que essa redução seja feita com responsabilidade, por meio de um estudo de viabilidade que possa avaliar o impacto da redução na economia, envolvendo nessa discussão os estados que são responsáveis pelo ICMS, considerado o grande vilão.

Igor também acredita que a superação do país ao quadro da grave crise sanitária, que deixou rastros e prejuízos aos mais de 230 milhões de cidadãos brasileiros, deve ser alicerçada e pautada em investimentos no desenvolvimento de estados e regiões, que são a base de fomento ao crescimento econômico do país. Cada ente federado e região, dão sua contribuição.

Neste sentido, o parlamentar vem investindo no desenvolvimento regional de Minas Gerais, trabalhando em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), para apoiar os trabalhos dos municípios, levando o progresso às regiões mais carentes, esquecidas há anos, como o Vale do Jequitinhonha.

Além disso, atuou recentemente, a favor dos mais de 400 municípios devastados pelas chuvas em Minas Gerais, que decretaram situação de calamidade pública, solicitando junto à Defesa Civil Nacional, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Secretaria de Governo, ações e recursos para reconstrução das cidades, devolvendo à dignidade das famílias para elas retornarem às suas casas em segurança, amenizando, assim, a dor e o sofrimento pela perda de entes queridos nos desastres que castigaram o estado, destruindo sonhos e esperanças de milhares de pessoas.

“Para superar os desafios como o desemprego em massa e empobrecimento da população, que são resultados dos efeitos provocados pela pandemia no país, é necessário acabar com privilégios e atuar fortemente no combate à corrupção”

PROJETO DE ROBERTO DE LUCENA CRIMINALIZA NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO

Nas últimas semanas, a declaração de um apresentador de podcast e ex-youtuber defendendo a criação de um partido formado por simpatizantes do nazismo gerou enorme repercussão e questionamentos a respeito de um provável ato de apologia ao genocídio de mais de 6 milhões de judeus, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4974/20, de autoria do deputado federal Roberto de Lucena (Podemos/SP), criminaliza a negação, promoção, deprecição ou trivialização do holocausto judeu, com pena prevista de reclusão de dois a cinco anos e multa.

A proposta, que já teve parecer aprovado na Comissão de Educação da Câmara e aguarda designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Racismo), incluindo, ainda, entre os crimes da legislação o uso de elementos estéticos alusivos ao nazifascismo e os atos de obliterar ou silenciar a memória do Holocausto judeu, com a mesma pena.

“Preservar e respeitar o real significado do holocausto serve não apenas para fazer justiça aos milhões de mortos, mas também converte-se em parâmetro fiel de memória histórica, não apenas do povo judeu, mas da humanidade”, afirma Roberto de Lucena.

“A negação do holocausto, além de uma

falácia histórica absurda, é uma forma de ofender a memória e o sofrimento do povo judeu, deixando esta comunidade vulnerável a manifestações de ódio. E, quando se defende a criação de um partido nazista, não se defende a democracia, mas o contrário, defende-se regimes totalitaristas e a completa destruição da democracia”, pontua Lucena.

Propaganda nazista

Atualmente, a Lei do Racismo já pune com reclusão de dois a cinco anos e multa quem fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pela proposta, a pena valerá também para o uso de quaisquer outros símbolos, distintivos, publicações ou propagandas, para fins de divulgação ou promoção do nazismo ou de suas ideologias associadas.

“A suástica é um dos símbolos do nazismo e não o único, sendo todas as suas manifestações artísticas, plásticas, musicais, literárias, também peças dessa ideologia e que, a depender do contexto, devem ser consideradas como elementos de propaganda nazista”, ressalta o parlamentar.

Conforme o texto, ato do Ministério da Educação definirá a forma como símbolos, expressões artísticas ou publicações alusivas ao nazismo e ideologias associadas poderão

ser fabricados, expostos, comercializados, distribuídos ou veiculados, quando necessários ao fomento do conhecimento histórico.

A justificativa do PL de Roberto de Lucena destaca os aspectos que demonstram que o negacionismo não se resume apenas a argumentar que o genocídio não aconteceu: “A deprecição (ou a minimização de sua escala e impacto), a deflexão (ou minimização de responsabilidades individuais ou nacionais), as alusões de equivalência antes da guerra e em tempo de guerra (como forma de banalizar o ocorrido, quando os fatos colacionados pelas Forças Aliadas em campos de concentração demonstram a não precedência da escala e dos requintes de crueldade), as alusões de equivalência pós-guerra (por razões assemelhadas), a inversão (culpabilização dos judeus pelo próprio destino ou culpabilização dos judeus por supostas ações assemelhadas, quando, novamente, os fatos históricos confirmam não haver critério de comparação), as acusações de abuso da memória (forma de zombaria aos judeus alegando que enfatizam demais o tema do Holocausto), a obliteração ou o silenciamento da memória (o impedimento de que ações de memória ocorram) ou a universalização ou trivialização do Holocausto como crimes (a comparação leviana do Holocausto com qualquer quadro de gravidade e não desejado supostamente atentatório dos direitos humanos)

A man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and a red tie with a small dark pattern, is speaking into a microphone. The microphone has a white cube-shaped logo with the word 'podemos' in green and blue. A hand is holding the microphone. The background is dark and out of focus.

“Preservar e
respeitar o real
significado do
holocausto
serve não
apenas para
fazer justiça
aos milhões
de mortos,
mas também
converte-se
em parâmetro
fiel de
memória
histórica, não
apenas do povo
judeu, mas da
humanidade”



PREVENIR A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, APOIAR INTEGRALMENTE MÃES E FILHOS

“Devemos prevenir a gravidez na adolescência, mas, uma vez que a concepção do bebê é dada, é preciso dar à mãe todo o suporte e apoio necessários.”

O trabalho do deputado federal Diego Garcia (PR) em defesa da família, da criança e do adolescente é destaque no Congresso Nacional. No último ano, foi designado relator da importante Subcomissão Especial dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que resultou em um parecer técnico e aprofundado, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Em fevereiro, é comemorada a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, tema que vem sendo acompanhando de perto pelo parlamentar. Nesse sentido, ele solicitou, por meio de um requerimento de informação ao Ministério da Saúde, os números sobre gravidez na infância e adolescência, com base nos dados do DataSUS. Os dados apresentados foram de bebês nascidos vivos de mães com idade entre 10 e 19 anos. Fazendo um recorte por faixa etária, é possível ver que nos últimos 20 anos houve uma diminuição de cerca de 40% no número de bebês nascidos de meninas entre 15 e 19 anos, redução média de 3% por ano. Apesar da notável queda, o número ainda continua alto. Em 2018, foram mais de 300 mil nascimentos de bebês filhos de meninas de 15 a 19 anos.

O segundo recorte mostra que aproximadamente 27 mil meninas entre 10 e 14 anos se tornaram mães por ano. “O mais triste é que, diferentemente do recorte anterior, este denuncia um crime. O artigo 217 do Código Penal prevê como crime de estupro de vulnerável qualquer relação sexual praticada com menor de 14 anos”, afirma. Há, ainda, um recorte para a faixa etária de meninas menores de 10 anos que, infelizmente,

apresentou uma média de cerca de 0,5 caso por ano.

O primeiro ponto que merece ser destacado é que, se por um lado a estatística registra todos os nascimentos hospitalares de filhos de meninas de 10 a 19 anos, ela apresenta ainda uma subnotificação do número real de gestações na infância e adolescência, seja porque estão fora do ambiente hospitalar, seja pelos abortos que podem ter acontecido de forma espontânea, por razões médicas, entre outros. A média de abortos em meninas de 15 a 19 anos foi de cerca de 38,5 mil por ano; de 10 a 14 anos, cerca de 2,8 mil por ano; e, de menores de 10 anos, cerca de 45 casos por ano.

Os impactos na vida de meninas que tiveram uma gravidez durante a infância e adolescência são incalculáveis. Hoje, uma das principais causas da evasão escolar de meninas é a gravidez na adolescência. “Um filho exige cuidados e dedicação que, na maioria das vezes, impedem ou atrapalham as mulheres de voltar aos estudos. A evasão escolar de meninas acaba sendo pior quando comparada à de meninos, pois estes deixam a escola para trabalhar, o que permite que, ao menos, estejam ativos economicamente. No âmbito social, a menina que já é mãe tem dificuldades para se dedicar às atividades comuns da sua idade, pois precisa se ocupar das necessidades que um filho exige”, destaca Garcia.

Diego Garcia explica que o filho nunca é o problema. “Devemos prevenir a gravidez na adolescência, mas, uma vez que a concepção do bebê é dada, é preciso dar à mãe todo o suporte e

apoio necessários”. É isso que prevê o Projeto de Lei 147/2019, de sua autoria. O PL institui o Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância (Pampi), que permite um acompanhamento multidisciplinar tanto à gestante que se encontra em situação de vulnerabilidade social quanto também à primeira infância, facilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais da criança, bem como a empregabilidade e geração de renda da mãe.

Também foi lançado o Plano Nacional de Ações de Prevenção da Gravidez e Risco Sexual Precoce, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Um documento elaborado a partir da abordagem integral do ser humano, o qual o deputado Diego Garcia contribuiu por meio de consulta pública realizada pelo órgão.

Garcia explica que o tema da gravidez na adolescência sempre vinha sendo tratado a partir de uma política de redução de danos, com foco na distribuição de contraceptivos e campanhas de sexo seguro. “Porém, a questão do risco sexual precoce também é preocupante. A iniciação sexual de meninas e meninos cada vez mais cedo, como consequência de vários fatores sociais como ambientes cada vez mais erotizados e a diminuição do protagonismo da família na educação afetiva dos filhos, fragiliza o ser humano e, consequentemente, os vínculos formados a partir dele. Ajudar crianças e adolescentes a se tornarem mais fortes afetivamente também os ajuda para que tomem decisões mais livres e conscientes”.

LÉO MORAES QUER RESTABELECEER CRÉDITO PARA ALUNOS INADIMPLENTES

Emenda do deputado propõe a concessão de descontos no principal, nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos.

O deputado federal Léo Moraes (Podemos) apresentou emenda à Medida Provisória 1.090/2021 que estabeleceu os requisitos e as condições para resolver a questão relativa à cobrança de créditos dos estudantes inadimplentes com o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.

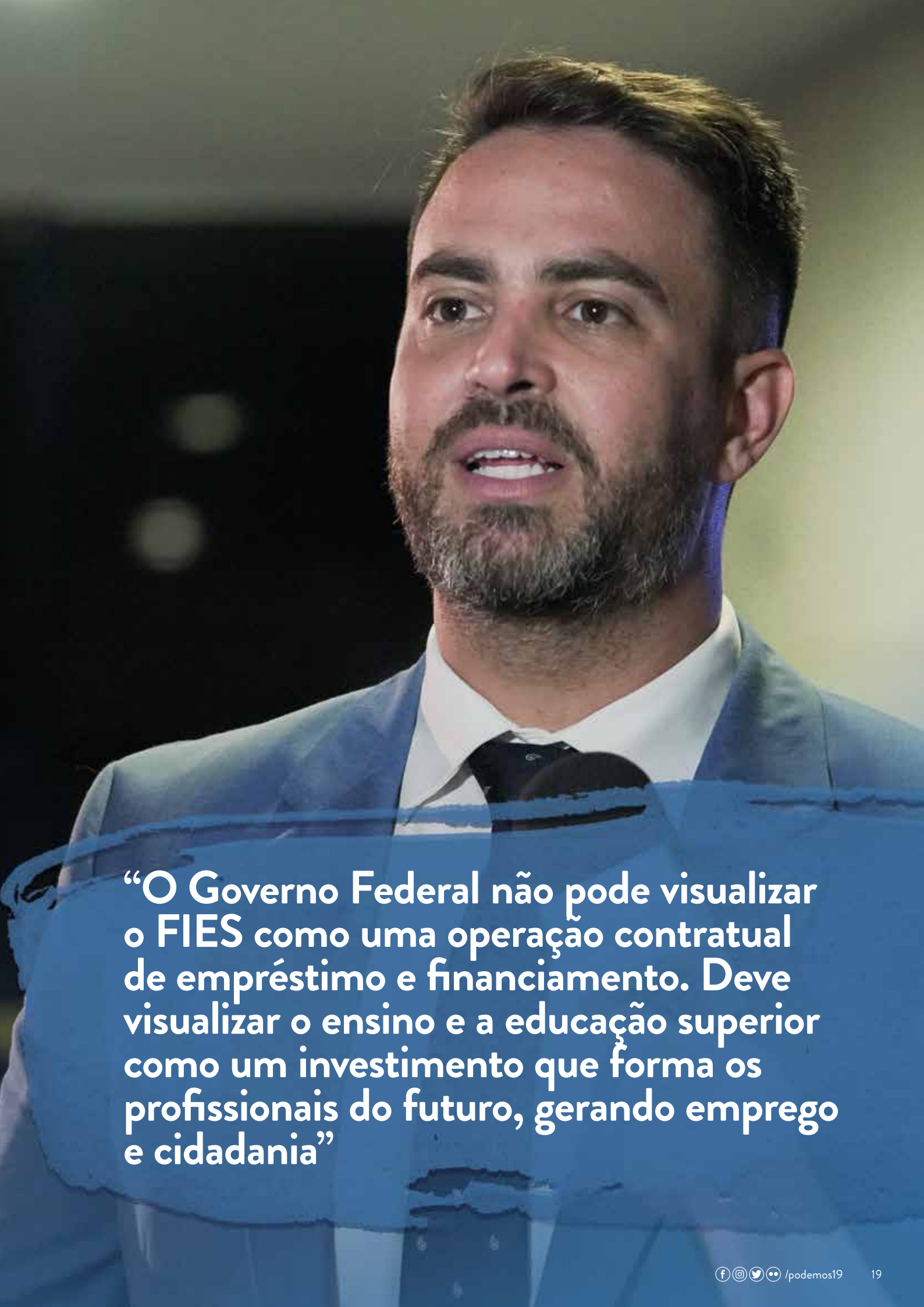
Léo Moraes está propondo a concessão de descontos no principal, nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos classificados como inadimplentes.

Segundo ele, o objetivo da emenda é restabelecer o direito aos estudantes e universitários do FIES, que devido a pandemia e crise econômica tiveram que atrasar suas prestações. “O Governo Federal não pode visualizar o FIES como uma operação contratual de empréstimo e financiamento, ele deve visualizar o ensino e a educação superior como

um investimento que forma os profissionais do futuro, gerando emprego e cidadania”, conceituou o parlamentar.

Léo Moraes detalhou que sua emenda visa restabelecer verdadeiramente o crédito para os alunos inadimplentes, concedendo descontos no principal, retirando juros e multas. “Conceder descontos e retirar multa e juros apenas dos alunos que já não possuem mais contrato ativo, porque tiveram o seu contrato rescindido por inadimplência, não é favorecer e ou incentivar o principal motivo do FIES, qual seja o de manter os contratos ativos e os universitários cursando a sua graduação”.

Na avaliação do parlamentar rondoniense, “querer apenas ‘recuperar’ um passivo financeiro de contratos inativos, não concedendo descontos no principal, nos juros e nas multas dos inadimplentes seria apenas atuar como uma instituição financeira que deseja reaver o valor ‘emprestado’. Por isso entendemos ser de extrema importância que o crédito seja restabelecido para os inadimplentes visando mantê-los nas Universidades”, reforça ele.



“O Governo Federal não pode visualizar o FIES como uma operação contratual de empréstimo e financiamento. Deve visualizar o ensino e a educação superior como um investimento que forma os profissionais do futuro, gerando emprego e cidadania”

EM PERNAMBUCO, PODEMOS DEBATE PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ENCONTRO

Com a participação da presidente nacional da sigla, a deputada federal Renata Abreu, e o presidente estadual, o deputado Ricardo Teobaldo, o Podemos Pernambuco realizou encontro onde debateu a participação da mulher na política. Durante o evento, também foi empossada a jornalista Sáva Florêncio como presidente estadual do Podemos Mulher. O encontro aconteceu em um hotel na zona sul do Recife e reuniu diversas lideranças políticas do estado.

Para Sáva Florêncio, que preside o Podemos Mulher em Pernambuco, o encontro foi de extrema importância para ampliarmos a participação da mulher na política. “Aqui reunimos nosso time do Podemos Mulher e iniciamos um processo de formação que vai percorrer os quatro cantos de Pernambuco. É fundamental a participação feminina na política”, contou.

Para o deputado federal Ricardo Teobaldo, o encontro celebrou o esforço que a legenda tem feito no estado para ampliar sua participação. “Temos

feito uma grande ação em todo estado para filiar novos quadros e reforçar o Podemos. Hoje celebramos a chegada de novas mulheres para a legenda, com Sáva e a prefeita de Lagoa do Itaenga, Graça do Moinho”, disse Teobaldo.

Renata Abreu, presidente nacional do Podemos, destacou a participação feminina na política. “É fundamental que mais mulheres possam fazer parte da política. É esse carinho, esse olhar diferenciado, que vai ajudar ainda mais no principal objetivo da política, cuidar das pessoas”.





“Temos feito uma grande ação em todo estado para filiar novos quadros e reforçar o Podemos. Hoje celebramos a chegada de novas mulheres para a legenda”

MEDEIROS PEDE SUSPENSÃO DO PEDÁGIO DA BR-163

O deputado federal José Medeiros (PODE) acionou o Ministério Público Federal (MPF), neste início de ano, para suspender a cobrança do pedágio na BR-163 em Mato Grosso, uma vez que a Rota Oeste, concessionária que administra a rodovia, ingressou com pedido de devolução do trecho à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no final do ano passado. Além da suspensão do pedágio, o parlamentar solicitou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a realização de um contrato emergencial com uma empresa para dar manutenção na rodovia.

“É um absurdo a concessionária continuar cobrando pedágio sem fazer a manutenção na rodovia. As pessoas estão pagando para andar em uma estrada com buracos e correndo risco de morte. Falei com o ministro da Infraestrutura [Tarcísio de Freitas], com a direção do DNIT e ANTT sobre o assunto. O DNIT já está analisando um contrato

emergencial até a conclusão do novo processo licitatório da concessão da BR-163”, afirma o parlamentar.

Medeiros também pediu ao MPF que investigue o contrato da Rota Oeste, subsidiária da Odebrecht, que recebeu a concessão na era PT, e verifique a legalidade da cobrança do pedágio, mesmo com a devolução “amigável” da concessão da rodovia.

“A Rota Oeste disse que não queria mais a concessão, que estava tendo prejuízo, mas não abriu mão de cobrar o pedágio. Precisamos acionar a justiça para tirar essa empresa o mais rápido possível. Não é possível aceitar essa situação, mesmo que ela esteja prevista nas letras miúdas do contrato. O Governo Federal, a classe política e a sociedade organizada de Mato Grosso estão unidas para colocar um fim nisso”, disse o deputado, que vem denunciando o descaso da Rota Oeste desde que estava no Senado Federal.



“É um absurdo a concessionária continuar cobrando pedágio sem fazer a manutenção na rodovia. As pessoas estão pagando para andar em uma estrada com buracos e correndo risco de morte”

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA